



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

**CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.**

Pelo presente instrumento, a **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.302.492/0001-56, com sede à Rua Francisca Miquelina, n. 123 – Bela Vista, São Paulo, **neste ato representado por seu Presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin**, inscrito no CPF sob nº. 842.072.138-72, doravante denominada **COMODANTE**, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 46.588.950/0001-80, com sede à Avenida Alberto Andaló, nº 3030 - 2º Andar - São José do Rio Preto - Centro, **neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Edson Edinho Coelho Araújo**, inscrito no CPF sob nº. 496.630.038-04, e o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional da Administração Pública Municipal, inscrito no CNPJ sob o nº. 17.625.378/0001-83, neste ato representado por Camila Pacifico Sparvoli, inscrito no CPF sob nº. 270.851.848-84, doravante denominados **COMODATÁRIOS**, considerando o decidido no Processo SEI n.º 52335-59.2019.6.26.8000

**RESOLVEM** firmar o presente **CONTRATO DE COMODATO**, em conformidade com o disposto, no que couber, no artigo 116 da Lei N.º 8.666/1993, na Resolução TSE N.º 22.685/2007, na Lei N.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei N.º 12.696/2012, na Resolução CONANDA N.º 170/2014 e demais disposições aplicáveis, sob a forma e condições constantes das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto o comodato de 82 (oitenta e duas) urnas eletrônicas, preparadas para as seções eleitorais e para contingência, em perfeitas condições de uso e funcionamento, e respectivas embalagens, cabinas, flashes e mídias de resultado de votação, bem como dos programas de registro do voto e demais programas complementares necessários ao uso dessas urnas eletrônicas, e a prestação de apoio técnico para a realização das eleições dos Conselhos Tutelares em 06/10/2019.

**Parágrafo único.** Compete exclusivamente aos **COMODATÁRIOS** a regulamentação, coordenação, totalização e homologação dos resultados da eleição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DO COMODATO**

A cessão das urnas eletrônicas far-se-á a título gratuito, para finalidade específica indicada na Cláusula Primeira, a ser cumprida em local e por tempo determinado, ressalvados os custos relativos à prestação de suporte técnico, fornecimento de suprimentos e outros indicados na

Cláusula Terceira, no montante estimado de R\$ 35.501,60 (trinta e cinco mil, quinhentos e um reais e sessenta centavos), os quais correrão por conta exclusiva dos COMODATÁRIOS.

**Parágrafo único** – O empréstimo dos equipamentos deverá ser precedido de relatório de levantamento da situação do local onde eles serão instalados, a ser aprovado pela COMODANTE, nele sendo registradas as condições da rede elétrica e as ambientais (temperatura, umidade e poeira), e ainda outras condições consideradas necessárias ao bom funcionamento do Sistema Eletrônico para as eleições não oficiais e à preservação da integridade dos equipamentos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS**

Caberá aos COMODATÁRIOS arcar com as despesas dos custos relativos:

- I. ao fornecimento de suprimentos (Anexo I);
- II. ao transporte das urnas eletrônicas e de material de expediente;
- III. à prestação de serviço extraordinário e indenização das despesas com alimentação e transporte dos servidores da COMODANTE convocados para prestar suporte técnico à eleição dos COMODATÁRIOS (Anexo II);
- IV. à publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União, com preço estimado conforme tabela (Anexo III);
- V. às bobinas para urna eletrônica (Anexo IV).

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DOS RECURSOS**

Os recursos destinados à cobertura das despesas previstas na Cláusula Terceira serão depositados integralmente pelos COMODATÁRIOS à conta do Tesouro Nacional, até o dia 27/09/2019, por meio de recolhimento de GRU – Guia de Recolhimento da União emitida pela COMODANTE.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA DOS BENS** - Os bens objeto deste contrato serão retirados pelos COMODATÁRIOS, no dia 05/10/2019, das 9h às 12h, junto aos cartórios eleitorais indicados pela COMODANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE**

Caberá à COMODANTE:

- I. disponibilizar aos **COMODATÁRIOS** o cronograma de atividades para as eleições objeto deste instrumento, bem como os documentos nos quais constam as especificações dos formatos de arquivo de eleitores, candidatos e fotos a serem utilizadas para identificar os candidatos na urna eletrônica;
- II. informar aos **COMODATÁRIOS** o tamanho limite permitido para o nome da chapa/candidatos;
- III. promover a parametrização da eleição;
- IV. efetuar a geração das mídias e preparação das urnas eletrônicas;
- V. definir, juntamente com os **COMODATÁRIOS**, os prazos máximos para cada evento;
- VI. aplicar os recursos financeiros previstos nas Cláusulas Segunda e Quarta deste instrumento, exclusivamente na execução da eleição de que trata a Cláusula Primeira do presente Contrato;
- VII. observar as normas de contabilidade e auditoria vigentes na prestação de contas dos recursos financeiros recebidos à conta do presente Contrato;
- VIII. providenciar a publicação do extrato do presente Contrato no Diário Oficial da União;
- IX. fornecer, por empréstimo, as urnas eletrônicas, devidamente inseminadas com os programas de votação;
- X. ministrar treinamento de mesários para multiplicadores indicados pelos COMODATÁRIOS;
- XI. designar técnicos para prestar suporte técnico nos locais de votação;

- XII. elaborar planilha de custo estimativo total do pleito para reembolso por parte dos COMODATÁRIOS.
- XIII. fornecer dados relativos às zonas eleitorais, locais e seções do Município de São José do Rio Preto e respectivos eleitores e títulos eleitorais para fins de agrupamento de acordo com os locais de votação definidos pelos COMODATÁRIOS e confecção de caderno de votação, sob responsabilidade dos COMODATÁRIOS.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS COMODATÁRIOS**

Caberá aos COMODATÁRIOS:

- I. responsabilizar-se pela guarda dos bens objeto do presente contrato, adotando todos os cuidados e medidas necessárias à conservação dos bens objeto do comodato e em perfeitas condições de uso, evitando a exposição ao sol, à umidade, à poeira intensa, e impedindo o manuseio por pessoas não autorizadas expressamente pelos COMODATÁRIOS;
- II. comunicar à COMODANTE qualquer anormalidade nos bens ou nas condições do local onde estejam instalados, verificada após os procedimentos previstos no parágrafo único da Cláusula Segunda;
- III. efetuar o reembolso total dos custos relacionados com a realização das eleições, de acordo com as informações transmitidas pela COMODANTE, por meio da transferência de recursos para o Tesouro Nacional, nas condições e no prazo estabelecidos na Cláusula Quarta;
- IV. arcar com os custos, despesas, ressarcimentos, indenizações e multas previstos nas Cláusulas Segunda, Terceira, Décima Segunda e Décima Terceira;
- V. fornecer, até 16/09/2019, os suprimentos solicitados pela COMODANTE (Anexo I);
- VI. responsabilizar-se pela cessão dos espaços a serem utilizados como locais de votação e pela montagem das seções eleitorais;
- VII. cumprir os prazos definidos para a entrega das informações solicitadas pela COMODANTE visando a realização do pleito;
- VIII. entregar os dados oficiais relativos aos eleitores e candidatos, no formato solicitado, à equipe técnica da COMODANTE, com rigorosa observância dos prazos por esta fixados;
- IX. fornecer alimentação e transporte aos servidores da COMODANTE, apoio jurídico e materiais de votação, tais como atas de eleição, caderno de votação e cédulas, se necessário, assim como todos os demais que visem o perfeito cumprimento dos trabalhos;
- X. recrutar o pessoal necessário para a realização das eleições, incluindo multiplicadores, mesários, fiscais e outros;
- XI. assegurar o comparecimento dos multiplicadores ao treinamento que será ministrado pela COMODANTE;
- XII. ministrar, por meio dos multiplicadores, treinamento para os mesários;
- XIII. credenciar as pessoas responsáveis pela retirada das urnas eletrônicas;
- XIV. retirar as urnas eletrônicas diretamente na sede dos cartórios eleitorais no dia 05/10/2019;
- XV. providenciar o transporte e a mão de obra necessários para a movimentação/carregamento de urnas eletrônicas, materiais diversos e de servidores envolvidos no processo;
- XVI. providenciar o policiamento dos locais de votação, desde a entrega das urnas eletrônicas até o final dos trabalhos de votação, através da Guarda Civil Metropolitana e/ou da Polícia Militar e arcar com as despesas dele decorrentes;
- XVII. responsabilizar-se pela integridade das urnas eletrônicas cedidas pela COMODANTE;
- XVIII. dar efetividade ao presente Contrato, expedindo os atos pertinentes;
- XIX. responsabilizar-se pela realização das campanhas de divulgação do processo eleitoral, vedada a utilização de quaisquer dizeres ou imagens que induzam o cidadão a associar a

eleição do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO à Justiça Eleitoral;

XX. providenciar o sistema de apuração de votos e totalização dos resultados;

XXI. responsabilizar-se pela fidedignidade dos dados divulgados na apuração das eleições.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES**

É expressamente vedado aos COMODATÁRIOS:

- I. a transferência das urnas eletrônicas e do sistema eletrônico de votação a terceiros;
- II. o uso dos bens em finalidade diversa da prevista neste instrumento;
- III. a abertura da urna eletrônica, sob qualquer pretexto ou finalidade, bem como a sua posse por pessoas estranhas à COMODANTE ou não credenciadas pelos COMODATÁRIOS nos termos do inciso XIII da Cláusula Sétima, visando à garantia da segurança e dos resultados eleitorais, mediante o sigilo do projeto e de seu funcionamento;
- IV. a utilização de programa nas urnas eletrônicas que não seja o sistema operacional original do equipamento ou de programa aplicativo, além daqueles fornecidos pela própria COMODANTE, referidos na Cláusula Primeira deste instrumento;
- V. a realização, sob nenhuma hipótese, de auditoria dos programas e do conteúdo das mídias de resultado por entidade estranha à Justiça Eleitoral;
- VI. a reprodução total ou parcial do *software* da urna eletrônica, assim como a realização de alterações em seu conteúdo, nos termos da Lei nº 9.609, de 19 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

A COMODANTE exercerá permanente acompanhamento e fiscalização do uso e funcionamento das urnas eletrônicas e demais bens objeto desta cessão durante a votação, designando servidores com conhecimentos técnicos, que acompanharão todo o processo, cumprindo-lhes comunicar prontamente à Secretaria de Tecnologia da Informação da COMODANTE qualquer anormalidade, utilização indevida ou desvio de finalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DEVOLUÇÃO DOS BENS**

Após o encerramento das eleições promovidas pelos COMODATÁRIOS, as urnas eletrônicas e demais bens objeto desta cessão serão armazenados e preparados para devolução aos respectivos Cartórios Eleitorais, que deverá ser efetuada impreterivelmente no dia 07/10/2019, das 13h às 17h.

**Parágrafo único** – Os COMODATÁRIOS promoverão o retorno dos bens ao local de origem, os quais serão inspecionados por técnicos dos cartórios eleitorais que atestarão o estado de conservação e funcionamento. Não sendo possível a inspeção no momento da devolução, os bens serão recebidos provisoriamente, para oportuno exame.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da realização da eleição, a COMODANTE providenciará a prestação de contas dos recursos repassados, sob pena de instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

**Parágrafo único** – Na hipótese de vir a ser apurada a existência de saldo financeiro, este será restituído ao COMODATÁRIO mediante depósito em conta bancária a ser informada pela entidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REPARAÇÃO DE DANOS**

Em caso de perda, extravio ou danificação de urna eletrônica, embalagem da urna, cabina de votação, mídia de resultado ou *flash card*, caberá aos **COMODATÁRIOS** arcar com os custos, nos termos do Anexo V, mediante depósito a ser efetuado em até 72 (setenta e duas) horas a partir da comunicação pela **COMODANTE**, sem prejuízo da propositura das ações cível e penal cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

O desatendimento de quaisquer condições ora pactuadas, em especial das relativas às vedações, ou ressarcimento de custos, despesas ou indenizações, acarretará aos **COMODATÁRIOS** multa convencional de 10% (dez por cento) do valor das urnas eletrônicas utilizadas no pleito eleitoral, sem prejuízo de, se for o caso, responsabilização penal e civil por danos eventualmente causados.

**Parágrafo primeiro** – Em caso de não devolução dos bens no prazo previsto na cláusula décima, será aplicada aos **COMODATÁRIOS** multa de 5% sobre o valor dos bens cedidos por dia de atraso, a ser recolhida aos cofres da União, sem prejuízo de, se for o caso, responsabilização penal e civil por danos eventualmente causados

**Parágrafo segundo** - Os valores deverão ser pagos mediante recolhimento na Conta Única do Tesouro Nacional a ser informada pela **COMODANTE**.

**Parágrafo terceiro** – Independentemente de aplicação, ou não, das penalidades previstas nesta Cláusula, a infração poderá acarretar, a critério da **COMODANTE**, alternativa ou cumulativamente, imediata rescisão deste contrato e impedimento dos **COMODATÁRIOS** de firmar com a Justiça Eleitoral de São Paulo novas cessões de uso de urnas eletrônicas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DURAÇÃO**

A vigência do presente instrumento terá início a partir da data de sua assinatura e término 120 (cento e vinte) dias após a realização da eleição.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DA ELEIÇÃO**

O prazo para preservação, pela **COMODANTE**, dos dados de votação registrados na memória de resultado e na flash de votação, é de 30 (trinta) dias, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Resolução TSE nº 22.685/2007, a contar da data da eleição, após o que os registros serão apagados

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA**

É facultado aos partícipes denunciar o presente Contrato a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, ou pela superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inexecutável.

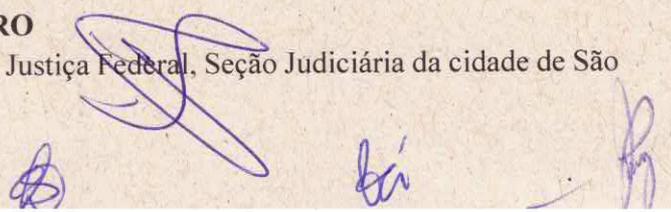
**Parágrafo único.** Caso os **COMODATÁRIOS** decidam pela não realização da eleição com urnas eletrônicas após a formalização do presente Contrato, ficarão aqueles responsáveis pelo ressarcimento das despesas porventura já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

Correrão por conta dos **COMODATÁRIOS** as despesas de publicação que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato, inclusive a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União que será providenciada pela Administração da **COMODANTE** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

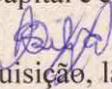
**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de São



Paulo, neste Estado, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventual conflito oriundo do presente Contrato

E, por estarem assim acordadas, foi dito que aceitavam, em todos os seus termos, o presente contrato.

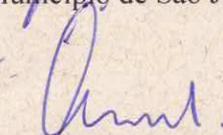
Foram testemunhas, a todo ato presentes, as Senhoras Regina Rufino e Livia Helena Zancopé Cardoso Guiselini, brasileiras, residentes nesta Capital e em São Caetano do Sul, respectivamente. E, para constar e produzir os efeitos legais, eu,  Luciana de Oliveira Silva, Chefe da Seção de Gestão de Contratos de Locação e Aquisição, lavrei às fls.74 a 82 do livro próprio (n.º 133-A) o presente **CONTRATO** que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes e testemunhas.

E eu,  Charles Teixeira Coto, Coordenador de Licitações e Contratos, o conferi.

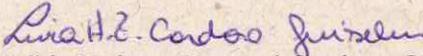
São Paulo, 22 de agosto de 2019.

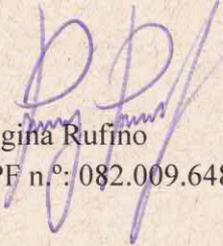
**DESEMBARGADOR CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN**  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

**Edson Edinho Coelho Araújo**  
Prefeito do Município de São José do Rio Preto

  
**Camila Pacifico Sparvoli**  
Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José do Rio Preto

**TESTEMUNHAS:**

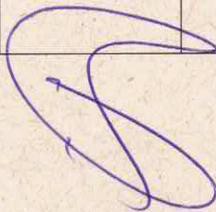
  
Livia Helena Zancopé Cardoso Guiselini  
CPF n.º: 220.961.178-44

  
Regina Rufino  
CPF n.º: 082.009.648-25

## ANEXO I

Tabela – Relação de suprimentos a serem fornecidos pelo COMODATÁRIO.

Descrição	Unidade	Quantidade	ZE para entrega
Etiqueta Pimaco A4251, para MR (1 por seção), Flashes Cards de Carga (1 por LV), de Votação (1 por seção) e de Contingência (1 por UE contingência)	folha c/ 65 etiquetas	1	125
		2	267
		1	268
Lacre para tampa da mídia de votação (1 para cada urna de votação + por 2 LV + 10% de contingência) Lacre tamanho 70X14mm, revestido de adesivo permanente em acrílico termofixo com sistema de evidência de violação que identifique a tentativa de remoção do lacre, sem deixar resíduos na superfície em que foi aplicada	unidade	28	125
		40	267
		33	268
Lacre para a tampa da mídia de resultado (1 para cada urna de votação + 2 por LV + 10% de contingência) Lacre tamanho 130X20mm, revestido de adesivo permanente em acrílico termofixo com sistema de evidência de violação que identifique a tentativa de remoção do lacre, sem deixar resíduos na superfície em que foi aplicada	unidade	28	125
		40	267
		33	268


 bai
   


## ANEXO II

Tabela - Custos relativos a mão de obra de apoio técnico, alimentação e transporte.

## HORAS DE TRABALHO FORA DO EXPEDIENTE DA JUSTIÇA ELEITORAL

Atividade	Responsável	Quantidade de servidores	Quantidade horas/servidor	Total de horas
Retirada das urnas no sábado	TRE	2	4	8
Retirada das urnas no sábado	ZE	3	4	12
Suporte no dia da Eleição	TRE	2	11	22
Suporte no dia da Eleição no local de votação	ZE	12	11	132
<b>TOTAL DE HORAS</b>				174
<b>VALOR DAS HORAS</b>				<b>RS 34.092,51</b>

## TRANSPORTE

Transporte	Unidade	Valor unitário	Quantidade por pessoa	Quantidade de servidores	Valor total
Transporte para véspera e dia da eleição	TRE	R\$ 4,30	2	4	R\$ 34,40
Transporte para véspera e dia da eleição	ZE	R\$ 4,30	2	15	R\$ 129,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>RS 163,40</b>

## ALIMENTAÇÃO

Alimentação	Unidade	Valor unitário	Quantidade por pessoa	Quantidade de servidores	Valor total
Alimentação	TRE	R\$ 41,37	1	2	82,74
Alimentação	ZE	R\$ 41,37	1	12	496,44
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>RS 579,18</b>

*(Handwritten signature)*  
*(Handwritten signature)*

*(Handwritten signature)*

## ANEXO III

Tabela - Custos relativos à publicação do extrato do Contrato.

Publicação	Total (R\$)
PUBLICAÇÃO DOU	R\$ 132,16 a R\$ 231,28

## ANEXO IV

Tabela - Custos relativos a bobinas para urna eletrônica

Material	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Bobina para urna eletrônica	71	6,13	R\$ 435,23

## ANEXO V

Tabela – Valor de indenização para o caso de perda, extravio ou danificação de urna eletrônica, embalagem da urna, cabina de votação, mídia de resultado ou *flash card*.

Modelo	Valor Unitário R\$
2006	1.127,70
2008	1.724,94
2009	1.214,58
2010	1.214,58
2011	1.287,46
2013	1.287,46
2015	2.218,32
Mídia de resultado - 512	24,61
<i>Flash card</i>	37,12
Embalagem da urna	27,70
Cabina de votação	5,20

*Ar. br.*

*[Handwritten signature]*